

DEMOCRACIA, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO VELHO E NOVO MUNDO: desafios para o século XXI

Almerindo Janela Gonçalves Afonso¹

Ilse Gomes Silva²

Joana A. Coutinho³

Eliel Ribeiro Machado⁴

RESUMO

Este texto ressalta a natureza de classe, os aspectos políticos e ideológicos típicos de algumas democracias europeias e latino-americanas e os desafios dos sujeitos sociais em luta contra os processos estruturais do capitalismo, geradores de exploração e desigualdades sociais. Destacamos em Portugal o desenvolvimento das políticas públicas, sobretudo após a revolução democrática de Abril de 1974 até o momento atual, dando particular relevo à Educação. Na América Latina, trazemos as lutas sociais do proletariado em confronto com as ambigüidades da democracia burguesa. No Brasil, discutiremos as relações entre os movimentos sociais, as ONGs, as políticas públicas e os rebatimentos na democracia.

Palavras-chave: democracia, políticas públicas, neoliberalismo, movimentos sociais.

1 INTRODUÇÃO

Brasil, 23 de março de 2007, o artista popular Gerô, confundido com um ladrão, é torturado até a morte por policiais militares. Gerô é negro e pobre.

¹ Doutor – Instituto de Educação e Psicologia Universidade do Minho – Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Campus Galtar.

² Doutora – Dep. Sociologia e Antropologia – Universidade Federal do Maranhão.

³ Doutora - Dep. Sociologia e Antropologia – Universidade Federal do Maranhão.

⁴ Doutor – Dep. Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina.

Indiscriminadamente a polícia atira para matar em manifestações dos movimentos sociais ou em “cidadãos” indefesos, suspeitos por serem pobres e negros. Até junho de 2006 existiam

mais de 700 mil mandatos de segurança apresentados contra integrantes de movimentos sociais no Brasil. Milhares de militantes são ameaçados, perseguidos, presos e assassinados por cometerem um único "crime": provarem com o seu trabalho a completa incompetência do Estado na garantia de direitos fundamentais do ser humano garantidos por leis internas e convenções internacionais (*Carta Maior*, 2006).

Na luta pela posse da terra a situação é mais traumática. Segundo dados do Conflitos no Campo 2005, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 1996 a 2005 ocorreram 8901 conflitos de terras, sendo assassinados 378 trabalhadores em lutas por terras.

Na América Latina, as ações do imperialismo norte americano atingem os mais elementares direitos humanos e a soberania dos demais Estados-nação. O México é exemplar. Recentemente, em Oaxaca, o governo de Ulisses Ruiz, eleito de forma fraudulenta em 2005 e filiado ao Partido Revolucionário Institucional (PRI) reage a greve de 70 mil professores, com forte repressão. A ação militar do dia 14 de junho de 2006 resultou em 92 feridos.

Na Europa, as mais antigas democracias do mundo colaboram direta ou indiretamente com os Estados Unidos na sua política terrorista. Colaboram com o desrespeito aos direitos humanos, permitindo que em seus aeroportos pousem aviões da Central de Inteligência dos Estados Unidos — CIA — com indivíduos presos ilegalmente e transportados para campos de concentração, como a base militar de Guantánamo/Cuba.

Infelizmente esses não são os únicos fatos de desrespeito aos direitos humanos. A democracia burguesa entra em crise e evidencia suas contradições. Glorificada pelo Ocidente como consequência do liberalismo, criou-se o mito da identificação entre o livre mercado e a democracia. Embora a ideologia dominante realce esse discurso, as diversas lutas sociais nos mais variados recantos do mundo escancaram os limites da democracia em uma sociedade capitalista.

O apelo ideológico pode ser confrontado com as práticas autoritárias dos governos democráticos. Em todo o “mundo democrático” quanto maior a resistência

dos trabalhadores, maior a repressão, maior o autoritarismo e maior o apelo à garantia das instituições.

2 DEMOCRACIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO EM PORTUGAL (1974-2007)

Em Portugal, o regime não democrático e autoritário do Estado Novo (1926-1974) entrou em acelerado declínio ao longo da década de 1960/70. Trata-se de um período marcado por uma tênue e tardia abertura (e tentativa de modernização) da economia, nomeadamente com a integração de Portugal na OCDE. É uma década também caracterizada pelo início da guerra de libertação nas antigas colônias africanas (e consequente visibilidade social dos movimentos nacionalistas e independentistas em Angola, Moçambique e Guiné), bem como pelo aumento da emigração clandestina e sua repressão e ainda pelas repercussões e réplicas internas do Maio de 68, entre muitos outros acontecimentos importantes.

Todos eles aceleraram a exaustão do regime e constituíram antecedentes próximos da revolução democrática de Abril de 1974. O longo período do Estado Novo manteve a sociedade portuguesa amordaçada e impedida de ter acesso aos direitos mais elementares (cívicos, políticos, culturais, econômicos e sociais).

Com uma economia capitalista atrasada e fortemente condicionada, predominantemente agrícola, autárquica, e com padrões muito incipientes de industrialização, parece bastante irrealista falar de políticas sociais públicas que não fossem senão (ou principalmente) instrumentos frágeis e suplementares de controle social e, de forma congruente com a natureza autoritária do regime, sem qualquer pretensão, pelo menos explícita, de contribuírem para a construção alargada do consentimento social.

Com efeito, na ausência de políticas sociais públicas, com alguma centralidade e expressão enquanto instrumentos da ação do Estado, e na presença de estruturas e mentalidades (por vezes, consideradas pré-modernas), parece mais adequado falar de um período em que predominou o que por vezes se designa de sociedade-providência. A ausência de democracia, a desmobilização e controle da sociedade civil e a eficácia da ideologia da passividade, cercearam também fortemente as iniciativas cívicas e culturais em benefício de outras com um caráter

mais instrumental e ideológico. No que diz respeito à Educação, a contribuição das políticas públicas, sobretudo nos níveis da escolaridade básica, foi muito marcada pela promoção doutrinária de uma concepção de cidadania restrita à lógica e ideologia do Estado - nação, sendo o Estado não democrático, autoritário e colonialista.

Com a revolução de Abril de 1974 (a revolução dos Cravos) as concepções de cidadania expandem-se e os processos de emancipação social ganham uma nova centralidade no contexto de uma democracia nascente e participativa. Depois de uma longa noite de excessos de regulação vinculados a uma ideologia retrógrada e a um capitalismo arcaico sem democracia, imaginou-se a possibilidade de concretizar projetos de emancipação contextualizados numa democracia profunda sem capitalismo (um projeto socialista).

Neste contexto, a luta dos movimentos sociais pôs em causa a continuidade do capitalismo na sociedade portuguesa, e as políticas públicas (nomeadamente as que foram direccionadas para a expansão dos direitos sociais) expandiram-se de uma forma extraordinária em desconexão (conjuntural) com o processo de acumulação. Com a irrupção das *energias utópicas* e transformadoras, a sociedade civil – naquele momento percepcionada como espaço de reconstrução do poder e da hegemonia, em sentido gramsciano – foi revitalizada e remobilizada através do impulso de novos movimentos sociais que, entre muitos outros aspectos, deram um novo conteúdo a lutas sociais e processos emancipatórios e marcaram a reivindicação relativamente sincrónica (e a posterior consagração) de diferentes gerações de direitos. Tal como, aliás, quase todos os direitos sociais, económicos, culturais e políticos conquistados na sequência daquele movimento inédito de participação mobilizadora, as mudanças que «Abril» provocou levaram a assumir a Educação, já não como um instrumento de legitimação da ordem social, ou espaço de socialização elitista e autoritária à mercê dos interesses dominantes, mas como um direito humano básico e universal.

Passado o «período revolucionário» e aprovada uma nova Constituição da República Portuguesa (CRP, 1976), que pretendia “abrir caminho para uma sociedade socialista”, os tempos que se seguiram, bem ao contrário, acabaram por levar à construção de uma democracia capitalista.

Para além do que se tem designado de “normalização constitucional”, podemos falar também de normalização longa da sociedade portuguesa para indicar

um processo social de duração temporal lenta e alargada que ocorreu em contradição com as orientações constitucionais, isto é, que conduziu à aproximação gradual e persistente aos padrões de uma sociedade capitalista democrática, ao contrário da esperada construção de uma sociedade socialista.

Entre outras, são características deste período a retomada da centralidade do Estado e as crescentes discrepâncias e paradoxos entre os direitos estabelecidos na Constituição da República, na legislação laboral e nas orientações e normativos relativos às políticas públicas (de segurança social, educação e saúde, entre outras) e o que era efetivamente posto em prática (“Estado paralelo” na designação de B. S. Santos).

2.1 Integração Européia, “modernização” e “neoliberalismo educacional mitigado” (1985-1995)

Um Estado capitalista democrático (tendencialmente normalizado) estava agora (em meados de 1985) a um passo de ser definitivamente consolidado. É um período que corresponde não somente à fase mais determinante da (re) definição do lugar de Portugal na economia mundial (pós-descolonização), mas também à nova fase da inserção do país na Europa comunitária. Notam-se, a partir daí, profundas implicações internas derivadas da redefinição das margens de autonomia relativa do Estado nacional e advindas da crescente permeabilidade aos valores e orientações neoliberais emergentes, em suma, impulsionadas pelas exigências (impostas ou induzidas) por um determinado padrão de modernização que visava elevar o nível médio de desenvolvimento do país em função dos objetivos e dos padrões da Europa comunitária.

Se é verdade que, sobretudo ao nível das decisões macroeconômicas, o governo de então deu passos largos e inequívocos para acertar o ritmo pelo diapasão neoliberal — iniciando as privatizações, fragilizando os direitos associados ao trabalho, defendendo com insistência a ideia de “menos Estado e melhor Estado”, e apelando compensatoriamente à “vitalidade da sociedade civil” —, também é verdade que outras políticas públicas foram definidas em contra - ciclo. Mais precisamente, se houve medidas que permitiram a desestatização e liberalização de tipo neoliberal, houve também (paradoxalmente) políticas públicas referenciáveis ao modelo de Estado - providência. No caso específico das políticas públicas para a

educação, por exemplo, as contradições sinalizadas traduziram-se no que foi designado por neoliberalismo educacional mitigado (Afonso, 1997; 1998), na medida em que se afastaram muito, em alguns casos, das opções mais expressivas das políticas da Nova Direita.

Depois de uma década de governação sustentada pelo Partido Social-democrata, seguem-se aproximadamente seis anos de governação apoiada pelo Partido Socialista (1995-2002). Entre outras decisões expressivas, merece ser sinalizada neste período a aprovação da chamada Estratégia de Lisboa, impulsionada pela presidência portuguesa da União Europeia.

Tratou-se essencialmente de estabelecer orientações de referência para o futuro da Europa, assentes numa (nova e híbrida) equação política que procuraria dar conta, simultaneamente, da afirmação do capitalismo e da cidadania, da competitividade e da coesão social⁵ (AFONSO; ANTUNES, 2001).

Entre 2002 e 2005, surgiu em Portugal, mas de uma forma muito tardia e meteórica, uma coligação política idêntica à Nova Direita, composta pelos governos sustentados pelos Partido Social - democrata e pelo Partido Popular. Apesar de ter uma duração temporal escassa, a expressão desta coligação em termos de política educativa consubstanciou-se essencialmente na defesa de uma maior privatização da educação e promoção da liberdade de escolha educacional, na indução e valorização dos rankings das escolas e na consequente culpabilização dos professores pelos resultados dos alunos.

Este período de governação ficou ainda marcado pela proposta de uma nova Lei de Bases da Educação com a novidade de pretender esbater claramente as fronteiras entre o público e o privado, introduzindo uma maior precocidade em termos de escolhas escolares e vocacionalistas (que afectariam preferencialmente os alunos dos grupos sociais mais desfavorecidos em benefício de uma maior reelitização da escola pública).

As políticas deste período foram ainda marcadas pela aprovação de um novo Código do Trabalho que acentuou a vulnerabilização e fragilização dos direitos dos trabalhadores e veio subalternizar o protagonismo dos sindicatos e as práticas

⁵ Como é sabido, a tentativa de articulação destas dimensões (extremamente complexas e contraditórias) tem sido apresentada como marca distintiva das políticas da *Terceira Via*, inspiradas, entre outros, nos governos de Bill Clinton e nos governos do novo Partido Trabalhista inglês (New Labour) de Tony Blair.

democráticas de contratação coletiva. Trata-se de um período com um Estado mais conservador e autoritário, em que ocorre um claro refluxo da democracia (e dos direitos) em benefício das exigências relacionadas com a fase atual de desenvolvimento do capitalismo.

Ainda é um pouco precoce estar a caracterizar, de forma sociologicamente sustentada, as políticas públicas atuais. Todavia, uma das possibilidades (que, aliás, encontra sustentação empírica consistente) é a que acentua o contraste evidente entre a ideologia do Partido Socialista (supostamente mais estatista) e as políticas de redução do papel do Estado, marcadamente neoliberais e economicista, que aquele vem realizando em diferentes áreas.

A reforma do Estado e da Administração Pública estão a introduzir alterações profundas na redefinição dos respectivos papéis e funções e, por exemplo, nos diferentes sectores das políticas públicas (com incidência particular na Saúde e na Educação), há uma introdução inequívoca de mecanismos de mercado e de privatização, acompanhada pela redução acentuada de investimentos públicos.

O conceito de “direitos adquiridos”, fortemente interiorizado, tem vindo a ser posto em causa através de medidas extremamente ardilosas que reconfiguram o próprio estatuto de “funcionário público”. Têm sido muito polémicas, suscitando reações populares diversas, as medidas de “racionalização” da oferta de serviços de saúde, sobretudo os que se localizam fora dos grandes centros urbanos. No que diz respeito às políticas educativas, a medida mais emblemática desta governação foi, até ao momento, a aprovação recente de um novo Estatuto da Carreira Docente que, entre outros aspectos, introduz uma diferenciação funcional entre os professores e pode induzir a competição espúria entre pares e a desvalorização dos processos de autonomia coletiva. Apoiadas por sectores mais conservadores, estas medidas são igualmente congruentes com as orientações que vão no sentido de aumentar a eficácia e a eficiência da docência na lógica da produção de resultados escolares mensuráveis e de repor a autoridade dos professores num contexto em que se volta a exigir também uma maior eficácia no exercício da função de controlo social da escola pública.

Nota-se assim um retorno a condições cada vez mais difíceis de exercício profissional, que se tornam visíveis pela acentuação da subordinação hierárquica, arbitrária e autoritária dos professores, quase sempre vinculadas à (re)emergência

de sistemas panópticos de gestão, por sua vez congruentes com a descomplexificação da formação e com a desvalorização neotaylorista da docência.

3 DEMOCRACIA, NEOLIBERALISMO E LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

A despeito do caráter ambíguo das democracias burguesas, principalmente em países de capitalismo dependente, o proletariado latino-americano ao mesmo tempo em que tem um espaço de luta política importante, depara-se com limites intrínsecos a elas. Estes limites causam uma espécie de desconforto político-ideológico às classes populares que, organizadas em movimentos sócio - políticos, lutam por transformação social, mas vêem suas reivindicações frustradas pelo Estado que, além de não atendê-las, prioriza as do grande capital (local, internacional e associado). É esta relação que nos interessa debater sob os regimes democráticos da região.

Com isso, almejamos apenas tracejar algumas questões que envolvem as lutas e resistências das classes populares latino-americanas. Organizadas política e ideologicamente em movimentos sociais, têm uma composição social ampla e heterogênea, constituída principalmente por desempregados, subempregados e empregados das cidades e do campo; mas, também, assumem características diferentes dos tradicionais movimentos operários, pois alguns mesclam outros elementos que vão além da relação direta capital/trabalho. Suas condições sociais de existência incluem, por exemplo, dramas étnicos que adquirem forte visibilidade e tematização política. Nesse sentido, poderíamos citar, entre outros, o movimento zapatista mexicano: constitui-se, primordialmente, de índios – de várias etnias – subempregados ou desempregados. Isto nos obriga a pensar os limites e alcances das lutas populares que se desenvolvem hoje na América Latina em um prisma diferenciado dos movimentos operários tradicionais.

O quadro político, ideológico e social latino-americano nos leva a procurar entender que o atual processo de luta das classes populares não tem alcançado vitórias políticas significativas, uma vez que não tem conseguido questionar, de maneira mais decisiva, a hegemonia política do bloco no poder, ou seja, do capital financeiro (internacional, nacional e associado). No Brasil, pelo menos, este continua a atuar livremente e os embates das classes populares têm sido insuficientes para

colocar em xeque a hegemonia do capital financeiro e, menos ainda, não têm provocado nenhuma aliança de classe consistente com setores próximos do ponto de vista político e ideológico.

À exceção da Venezuela – e talvez mais recentemente da Bolívia, com a eleição de Evo Morales –, os governos eleitos e/ou reeleitos, via sufrágio universal, têm sido respaldados popularmente na aplicação de políticas de Estado liberalizantes em detrimento daquelas cujos interesses contrariam os do capital. Por sua vez, os setores que vinham desempenhando um papel mais combativo dessas políticas, como é o caso dos sem-terra no Brasil, parece que refluíram com a eleição do governo Lula (2002-2006), diminuíram suas ações políticas e “enrolaram” suas bandeiras vermelhas. O mesmo pode ser observado com os movimentos piqueteiros, na Argentina: desde a eleição de Kirschner, em 2003, “perderam” a combatividade dos tempos de Menem. Se naquela época não se traduziam em movimentos de amplitude nacional, com o refluxo relativamente recente, as chances diminuíram ainda mais.

Ponderamos, entretanto, que este refluxo não deve ser debitado numa possível amenização das políticas liberalizantes, mas, ao contrário, tem-se notado uma intensificação delas: a barbárie neoliberal avança sobre todos os poros sociais ao mercantilizar os mais variados aspectos da vida social latino-americana.

O neoliberalismo não tem se mostrado muito simpático à promoção e/ou ampliação das bases sociais da democracia. Ao contrário, seus interesses têm sido atendidos, pelos governos eleitos, através de práticas políticas discricionárias. Dito de outro modo: apesar da persistência dos pleitos eleitorais, os governos eleitos, em geral, têm tratado as reivindicações populares como “casos de polícia”. No final dos anos 1970, Poulantzas já apontava para a tendência das democracias burguesas caminharem em direção a um autoritarismo de novo tipo, o “estatismo autoritário”, no qual se mantém em vigência as regras eleitorais (sufrágio, eleições regulares), mas, por outro lado, sufoca-se os mecanismos democráticos decisórios, como o Parlamento. Isso resulta num verdadeiro processo de *criminalização da utopia*.

Articuladas ao “estatismo autoritário”, as democracias latino-americanas atendem satisfatoriamente aos interesses do capital monopolista e oligopolista. Portanto, as possibilidades de as classes populares desnudarem o verdadeiro significado da democracia na América Latina estão colocadas: aproveitando-nos das contribuições de Marx n’O 18 Brumário, o mesmo sufrágio que significou um avanço

na luta do proletariado francês, se voltou contra ele com a eleição de Luís Bonaparte. Ou seja: se os movimentos anti - sistêmicos querem pautar suas ações políticas com vistas à transformação social, devem estar atentos àqueles limites e lutar para a ampliação, organização e politização de suas bases sociais, algo que o Estado burguês sempre procurará frustrar.

4 DEMOCRACIA, ONGs E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Hobsbawm (1988) assinala que a democracia de massas avançava a passos acelerados (entre 1880 e 1914) e, como não poderia mais protelá-la, a classe dominante descobriu uma forma de manipulá-la. A era da democratização, "portanto, veio a ser a era da hipocrisia pública". O capitalismo tornou possível conceber uma "democracia formal", que combina uma certa igualdade civil coexistente com uma enorme "desigualdade social", sem tocar nas relações econômicas entre a "elite" e a "multidão trabalhadora".

Segundo Wood (2003) até metade do século XVIII, o significado predominante de "democracia", tanto para os seus defensores como para os seus detratores, era aquele designado pelos gregos. Ou seja, governo pelo *demo* (povo) que incluía um duplo significado: o cívico e o social. O que explicaria a difamação da democracia pelas classes dominantes. Foi a república estadunidense que redefiniu a democracia, estabelecendo uma transferência do poder para os "representantes do povo".

O que torna possível a identificação do liberalismo com o capitalismo é o próprio capitalismo. A idéia de "democracia liberal" só se tornou pensável com o surgimento das relações sociais capitalistas de propriedade (Wood, 2003:201).

Pateman (1992), em análise sobre a participação na democracia moderna, procura vincular as formas de participação no local de trabalho (as empresas) e sua relação com a esfera política nacional, global. Baseada nas contribuições de Rousseau, Stuart Mill e Cole, a autora argumenta que a participação desenvolve nos cidadãos o interesse para os assuntos coletivos pois "capacitaria o individuo a avaliar melhor a conexão entre as esferas pública e privada" (Pateman,1992:146) além de educá-lo para a participação. Para a

autora, através de microparticipações o indivíduo toma gosto e se torna apto a uma participação em nível nacional, quiçá global.

A democracia tornou-se tema central do debate no final do século XX. O atual momento de "globalização" da economia é apresentado por alguns como um momento de ampliação da democracia e da cidadania, já que é concedida aos indivíduos a liberdade de agirem. É apresentada também por outros, mais à esquerda, como um "valor universal". Mas, a partir dos anos 1980 (com ofensiva neoliberal), por não romperem a ordem burguesa (e diante do capital financeiro e do liberal-imperialismo), os social-democratas "não tiveram contraproposta a oferecer além de aplicar mais moderadamente as medidas anti-sociais de redução dos custos do 'Estado de bem-estar', que se tinha tornado demasiado oneroso para a lógica objetiva da valorização do capital. O 'valor universal' da democracia, uma vez mais, inclinou-se diante das bolsas de valores" (Quartim Moraes, 2001:22). Para o marxismo, sob o Estado capitalista, a democracia não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de dominação política. Os fins a que se subordina esse meio ou instrumento são determinados principalmente pelos interesses de classe (Quartim Moraes, 2001).

É nesse contexto que se insere as Organizações Não-Governamentais — ONGs. As décadas de 1970/1980 viram emergir inúmeros centros de educação popular e de assessorias aos movimentos sociais. A "educação popular", fundamentada no método de Paulo Freire, era a mola propulsora para a organização dos movimentos e, palavras de ordem como "democracia de base" e "autonomia" constituíam o eixo de seu repertório. Estes Centros tinham como "missão" incentivar a "organização popular" (Doimo, 1995:129, 130) e abrigaram uma parte da esquerda uma vez que os partidos políticos foram jogados na clandestinidade. Os militantes dos partidos de esquerda buscaram abrigo também nas Comunidades Eclesiais de Base — CEBs — com a sua experiência de organização centrada nos locais de moradia, acompanhando a divisão da Igreja (paróquias, dioceses, etc.).

Esses Centros (proto-ONGs) tinham um forte vínculo com os movimentos sociais centrando sua forma de atuação (e existência) nesses movimentos. Por outro lado, promoveram uma qualidade aos movimentos alimentando, a auto-organização das bases e uma desconfiança da manipulação política, de retórica

eleitoral e do paternalismo estatal (Löwy, 2000). Esses movimentos marcaram uma ruptura com o modo tradicional de fazer política: eram menos centralizadores e enfatizavam a participação democrática das suas bases. O mesmo ocorreu no campo sindical.

Na década de 1990 há uma transubstanciação dos “Centros de Assessoria” em ONGs que foram submetidas a uma outra lógica de relação: priorizam trabalhos em “parceria” com o Estado e/ou empresas; proclamam-se “cidadãs”; exaltam o fato de atuarem sem fins lucrativos.

As palavras de ordem dos anos 1970, que nortearam a atuação dos movimentos populares, como “educação popular”, “autonomia”, “auto-organização”, “independência”, “direitos humanos”, “democracia direta” etc, foram substituídas por “ecologia”, “democratização”, “diversidade cultural”, “geração de renda”, “gênero”, “direitos de cidadania”, etc.

As ONGs cresciam na medida em que os movimentos sociais perdiam sua força mobilizadora e adotavam uma política “integradora” (diferente da contestadora dos anos 1970), através de “parcerias” com o poder público que, “na maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados enquanto avalista dos recursos econômico-monetários” (Gohn, 1997a:297). As ONGs ganham tanta importância que, em larga medida, agem como o próprio movimento social. Não falam, tampouco agem, com os movimentos, mas como um substituto deste, se auto-representam.

A participação popular nos conselhos de representantes, por exemplo, é na maioria das vezes, espaço de atuação delas. Não se trata, aqui, neste espaço, de tratar as exceções, estamos refletindo sobre o fenômeno das ONGs na década de 1990 e a sua cada vez maior inserção nos espaços “públicos”. Elas são confundidas, propositalmente, com a “sociedade civil”. Trata-se de uma sociedade civil homogênea, sem contradições, no máximo algum conflito, mas que certamente chegará a um “consenso”. Nesse sentido, cantada em verso e prosa, sua eficiência, eficácia ao (no) atendimento ao “público alvo” (geralmente, os pobres)⁶, está fora da ossatura estatal (este gigante colossal, burocrático, ineficiente, etc.), por isso a sua agilidade maior.

⁶ Mas nesse sentido podemos ampliar para as ONGs que trabalham com questões mais gerais: meio ambiente, mulheres, etc.

Várias pesquisas demonstram que este argumento não é real. As ONGs não escapam do formato burocrático nas suas instituições (diretores, técnicos, corpo administrativo), e, a sua eficiência, também, é bastante questionável já que elas não conseguem dar continuidade ao trabalho: estão atreladas as suas fontes de financiamento com uma lógica bastante particular que define o tempo que recebem a “ajuda”. Outro argumento, muito utilizado pelos seus defensores diz respeito ao processo mais “democrático” das ONGs com o seu público do que o Estado seria capaz de sê-lo. Este argumento é facilmente desmontado: porque, são níveis diferentes de comparação. É óbvio que uma organização menor, teria mais possibilidades das decisões serem tomadas coletivamente sem uma grande demanda de tempo. Mas o que se observa de uma forma geral, é que essa equação não é exata. Não é o chamado “público alvo” que toma as decisões nos projetos, na maioria das vezes, sequer é consultado. Isso, não tem nenhum juízo de valor, ou seja, por mais bem intencionada — e há muitas —, a ação, o foco, já está predeterminado pela fonte financiadora (ONGs Internacionais, Banco Mundial, etc), o que compromete a tal da participação e, por conseguinte, compromete também a possibilidade de controle social por parte dos beneficiários.

A participação, a democracia direta, assusta, muito pelo seu caráter politizador das massas, mas, não queremos fazer aqui uma apologia da participação, para uma plena participação nas decisões importantes é necessário transformar as relações sociais, culturais, de gênero, etc. que vigoram numa sociedade dividida em classes sociais.

Marx, ao escrever sobre a Comuna de Paris, observa que, desde o primeiro momento em que a classe operária chegar ao poder, não deverá governar com a velha máquina do Estado. Se não quiser perder "a dominação recém-conquistada, a classe operária deve, de um lado, abandonar toda a velha máquina repressiva até então utilizada contra ela e, de outro lado prevenir-se contra os seus próprios mandatários e funcionários, declarando-os demissíveis, a qualquer tempo e sem exceção" (Marx, s/d:50). Seria a democracia levada às últimas conseqüências. Contra a transformação do Estado e dos órgãos estatais de servidores da sociedade em seus senhores, a Comuna empregou dois remédios infalíveis:

- 1) preencheu todos os cargos administrativos, judiciais e do magistério

através de eleições, mediante o sufrágio universal, concedendo aos eleitores o direito de revogar a qualquer momento o mandato concedido; 2) todos os funcionários, graduados ou modestos, eram retribuídos como os demais trabalhadores. O salário mais alto pago pela Comuna era de 6 mil francos. Punha-se desse modo uma barreira eficaz ao arrivismo e à caça aos altos empregos, e isso sem falar nos mandatos imperativos dos delegados representativos, que a Comuna igualmente introduziu (Marx, s/d: 50-1).

Como se percebe, a burguesia não abre mão tão facilmente dos seus privilégios de classe. No Estado capitalista, é impossível pensar uma democracia que não seja meramente formal, ou em ONGs que não sejam "parceiras" e executoras de serviços específicos. Na verdade, elas tendem a se transformar em "administradoras de consenso" ou, como diz Francisco de Oliveira, "ventríloquos da escassez" que se impõe numa economia capitalista. Importante lembrar que o sistema não distribui automaticamente, e mesmo onde o capitalismo "logrou parcialmente essa façanha, na abundante sociedade norte-americana, o fenômeno está em franca regressão" (Oliveira, 2002:61).

Bibliografia

AFONSO, Almerindo J. O neoliberalismo educacional mitigado numa década de governação social-democrata. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 10, nº2, pp. 103-137, 1997.

_____. *Políticas Educativas e Avaliação Educacional*. Braga: Universidade do Minho, 1998.

Agência Carta Maior www.cartamaior.uol.com.br. Consultado em 30/03/2007.

Comissão Pastoral da Terra. www.cptnac.com.br. Consultado em 30 /03/2007.

CORREIA, José Alberto. As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 12, nº 1, pp. 81-110, 1999.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.

GOHN, Maria da Gloria. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997a.

_____. *Sem Terra, ONGs, cidadania: a sociedade brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997b.

LEBARON, Frédéric; MOUGER, Gérard. Aposta errada, *monsieur* Villepin. *Le Monde Diplomatique*, abril de 2006,. www.diplo.uol.com.br. Acessado em 02/04/2007.

MARX, Karl. (s.d.). "O 18 Brumário de Louis Bonaparte". In: MARX, Karl & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. v. 1. São Paulo, Alfa-Omega.

RAMONET, Ignacio. Tortura: a Europa cúmplice. *Le Monde Diplomatique*, março de 2007, Editorial. www.diplo.uol.com.br. Acessado em 02/04/2007.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SINGER, P.; BRANT, V. (Orgs). *São Paulo: o povo em movimento*. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.